

Participação

Debates online abrem espaço para a mulher na política

RAYANDERSON GUERRA
RIO

Sub-representadas nos parlamentos e nas posições de poder do País, as mulheres buscam nas redes sociais locais de protagonismo na discussão política brasileira. Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra que elas são as mais interessadas pelo tema no ambiente digital: são 50,4%, ante 49,6% dos homens.

O retrato atual da mulher no ambiente político nacional ainda é de busca por mais representatividade nos espaços de poder. As mulheres são 51,1% da população brasileira, mas, na política, os números não refletem essa maioria.

Nas últimas eleições, o País consolidou um número recorde de mulheres no Senado, somando 15 parlamentares, mas ainda longe da metade do total de 81 cadeiras. Na Câmara dos Deputados, elas representam

apenas 18% das 513 cadeiras, mesmo com o aumento de 41% nas candidaturas nas eleições de 2018 para 2022.

DISCUSSÃO. O levantamento da FGV aponta possíveis causas para o afastamento da mulher dos espaços políticos, conforme análises dos estudiosos da instituição. Segundo a professora da FGV Luciana Veiga, a percepção de que as mulheres não gostam de política é associada a uma dificuldade de inserção no ambiente institucional. “Alguns mencionam que é um ambiente de conflito e haveria uma ‘dificuldade’ da natureza da mulher, que tenderia ao apaziguamento”, destacou.

“Existe outra discussão teórica sobre as questões institucionais. As instituições não promovem a participação das mulheres e conservam um ambiente masculino. E uma ter-

ceira perspectiva que fala um pouco da socialização das mulheres, porque relegam as mulheres ao espaço privado, às tarefas domésticas e aos familiares”, afirmou a professora.

A pesquisa Consumo de Mídias Digitais no Brasil, realizada pela Escola de Comunicação, Mídia e Informação da FGV, em parceria com a Atlas

mídias digitais diferentes.

“As redes sociais possibilitaram a expansão do espaço privado para o espaço público das mulheres. Sem se ausentar da casa, local da tarefa doméstica e da socialização das crianças, são capazes de participar do debate público”, disse Luciana.

COTAS. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já definiu que os partidos devem reservar ao menos 30% das vagas de candidaturas para mulheres, com a mesma porcentagem em acesso ao fundo eleitoral e ao tempo de propaganda.

Dados registrados no tribunal após a eleição de 2022 apontam que todos os partidos que disputaram o pleito cumpriram o mínimo da cota prevista por lei, mas isso ainda fica longe da proporção do eleitorado brasileiro, que é de maioria feminina (53%). ●

Maioria

Estudo da FGV mostra que 50,4% do público feminino se interessa por política, ante 49,6% dos homens

Intel, faz parte do projeto Democracia Digital, apoiado pela Embaixada da Alemanha no Brasil. O levantamento fez um mapeamento do consumo de informação dos brasileiros, com acesso à internet, em 13



SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

PORSCHE PANAMERA S
09/10

KM: 59.847
ORIGEM:
FINANCIAMENTO
17/01/2024
ÀS 14H00
LEILÃO ONLINE

bradesco

IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS

QR CODE

SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192
Luiz Alexandre Muiellari, preposto em exercício.

Cármén Lúcia suspende concursos para PM em SC

O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou na quarta-feira uma decisão liminar da ministra Cármén Lúcia que suspende dois concursos públicos da Polícia Militar de Santa Catarina. Os editais tinham o

objetivo de contratar oficiais e praças, mas limitavam o ingresso de mulheres a 20% das vagas disponíveis.

A decisão proíbe a divulgação dos resultados e a homologação dos concursos, que já es-

tavam nas fases finais de publicação. A ministra solicitou que a pauta seja incluída na primeira sessão plenária da Corte, para ser apreciada em fevereiro, após o recesso do Judiciário.

Os editais previam que, pa-

ra a vaga de soldado, com remuneração de R\$ 6 mil mensais, as mulheres poderiam disputar cem lugares, enquanto os homens concorreriam a 400. No caso de oficiais, com salário de R\$ 16,3 mil, seriam dez vagas para elas e 40 para eles.

A decisão da ministra atendeu a um pedido da Procurado-

ria-Geral da República, que questionava trechos da Lei Complementar 587/2013, de Santa Catarina. O texto estabelece um percentual mínimo de vagas que devem ser reservadas para mulheres em concursos da PM e também para bombeiros militares no Estado. ●

KARINA FERREIRA